



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

**Processo nº 8501508-76.2011.8.06.0026/0  
Parecer-GAB1-17/2012**

**P A R E C E R**

Excelentíssima Senhora Corregedora-Geral da Justiça,

Cuida-se de petição protocolada nesta Casa por **Anna Cecília Guedes de Farias Cunha**, candidata aprovada no concurso público de que trata o Edital nº 001/2010, detentora da outorga da delegação para o exercício da atividade notarial e registrária perante o Cartório de Registro Civil do Distrito de Lameiro da Comarca do Crato (CE), mediante a qual expõe fatos relevantes a respeito da declaração de vacância da referida serventia e, ao final, formula requerimentos.

Conforme relato constante da peça em apreço, a requerente noticia que, após a aprovação no processo de seleção encadeado pelo eg. Tribunal de Justiça, foi-lhe outorgada a delegação da atividade acima identificada, cuja vacância decorreu de decisão emanada pela excelsa Corregedoria Nacional de Justiça, com base nas disposições da Resolução-CNJ nº 80/2009.

Informa, ainda, que, superada a fase de avaliação dos títulos das pessoas que se encontravam exercendo o serviço delegado em apreço, não havendo qualquer debate em relação à serventia, realizou-se a escolha, mediante observância das regras inseridas no instrumento convocatório. No entanto, após o encerramento do processo de seleção, mais precisamente no decurso do prazo para sua investidura, foi surpreendida com a informação de que a anterior titular da unidade em destaque, Sr.<sup>a</sup> Maria Neide Duarte Araújo, ajuizara procedimento administrativo perante o Conselho Nacional de Justiça, tombado sob o nº 00000002-14.2011.2.00.000 – eventos nº 267/270, objetivando o reconhecimento do seu direito líquido e certo ao exercício da atividade notarial.

Em suas alegações fáticas, a requerente, amparada em farta documentação trazida aos presentes autos, demonstra, de forma indireta, a verossimilhança das alegações da anterior titular, reafirmando as consequências jurídicas que poderão advir com o acolhimento do pleito formulado perante o CNJ.

Em face desses argumentos, formula a peticionante os seguintes questionamentos e requerimentos:

- i) considerando a ocorrência do recesso natalino, solicita o posicionamento formal deste Órgão quanto à fluência ou não do prazo para investidura no referido período, mormente levando em consideração o que restou decidido no bojo do PA nº8501577-11.2011.8.06.0026;
- ii) requer esclarecimento a respeito da real situação jurídica da antiga titular Maria Neide Duarte Araújo, em especial se a mesma possui direito líquido e certo de permanecer investida como titular do Cartório do Registro Civil de Limeiro da Comarca do Crato (CE);
- iii) postula a suspensão individual do prazo de investidura até o solucionamento final da controvérsia jurídica no tocante à serventia referida; e,
- iv) almeja o direito à reescolha de uma nova serventia extrajudicial dentre aquelas vagas e/ou não escolhidas durante o último concurso público patrocinado pelo TJCE, caso venha a ser confirmado o direito da antiga serventuária a permanecer no exercício da atividade notarial e registrária junto ao Cartório anteriormente indicado.

Em, sinopse, é o relatório.

Passamos a opinar.

Cumpre-nos ilustrar, de início, o imbróglio jurídico envolvendo a declaração de vacância do Cartório do Registro Civil de Limeiro, pertencente à Comarca do Crato (CE). De conformidade com os dados carreados aos presentes autos, constata-se, sem maiores dúvidas, a plausibilidade da tese jurídica embasadora do pleito ofertado pela serventuária Maria Neide Duarte Araújo em relação ao reconhecimento de sua regular investidura, mormente levando em conta as disposições constitucionais que fundamentam o seu direito.

Sobre a matéria em tablado, destacamos que o Supremo Tribunal Federal<sup>1</sup> tem proclamado o posicionamento, sem maiores disceptações, que o ingresso na atividade notarial e registral, após a promulgação da Carta Política de 1988, depende necessariamente para legitimar-se de prévia aprovação em

1 STF-2ª TURMA, AG.REG. no RE nº635.376-GO, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 19.04.2011.

concurso público de provas e títulos, sob pena de invalidade jurídica da outorga da delegação ao notário público ou ao oficial registrador, independentemente de o interessado estar exercendo, ou não, como substituto, as atribuições inerentes à serventia. Esse entendimento vem sendo observado em sucessivos julgamentos, monocráticos e colegiados, proferidos no âmbito do Excelso Pretório (AI 376.705/SC, Rel. Min. Carlos Velloso – RE 230.585/GO, Rel. Min. Moreira Alves – RE 244.574/RS, Rel. Min. Carlos Velloso – RE 302.739-AgR/RS, Rel. Min. Nelson Jobim – RE 335.286/SC, Rel. Min. Ayres Britto – RE 383.408/MG, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> Ellen Gracie).

A existência dos precedentes ora assinalados, todos emanados pela Suprema Corte, revela-se circunstância impregnada de absoluto relevo para a demonstração da razoabilidade do acolhimento do pleito da promovente, na medida em que se evidencia a plausibilidade jurídica da tese defendida pela serventuária Maria Neide Duarte Araújo, especialmente porque o ato de sua investidura ocorrera no quinquênio anterior a 31 de dezembro de 1983.

O contexto probatório inserido nos autos apresenta-se cristalino no sentido de comprovar que a citada delegada se investira no serviço público sob a égide da Carta Política de 1967, com estrita observância do prazo mínimo preconizado pela Emenda Constitucional 22, de 29 de junho de 1982. Logo, eventual reconhecimento do seu direito de permanecer na atividade delegada indicada, fatalmente surtirá efeitos no patrimônio jurídico da requerente. Por outro lado, resta evidenciada a sua boa-fé quando participou da audiência de escolha das serventias, uma vez que a referida situação jurídica envolvendo a atividade delegada junto ao Cartório do Registro Civil de Lameiro era desconhecida tanto pelos membros da Comissão quanto pelos candidatos.

Os argumentos jurídicos acima expostos destinam-se *a priori* a fundamentar o pedido de suspensão do prazo de investidura em relação à promovente, enquanto se define a situação jurídica ventilada no Pedido de Providências nº0000002-14.2011.2.00.000, em curso na Corregedoria Nacional de Justiça, na medida em que não incumbe a este Órgão emitir decisão final com referência ao reconhecimento jurídico do direito do particular na execução da atividade delegada, pois as questões alusivas à outorga da delegação estão afetas à excelsa Presidência do Tribunal, a quem competirá analisar, inclusive, requerimento(s) envolvendo a reescolha de serventias. A ação da Corregedoria-Geral da Justiça, consoante expressa disposição da Resolução nº81/2009, restringe-se tão somente à materialização dos atos de investidura e entrada em exercício do novo delegado. Em face disso, sugerimos abster-se de apreciar o mérito dos pedidos inseridos **nas alíneas “b” e “d”** da peça apresentada pela peticionante (eventos 52/55).

No que pertine ao pedido integrante da **alínea “a”** da mencionada petição, impende ressaltar, segundo expressa prescrição do artigo 14 da Resolução-CNJ nº81/2009, e artigo 6º do Provimento-CGJ nº5/2011, que a investidura do candidato aprovado em concurso público no serviço delegado

deverá ocorrer em trinta dias, contados da publicação do ato de outorga da delegação, prorrogáveis por igual período, uma única vez. Sendo assim, o **prazo máximo** para a formalização da investidura é de sessenta dias.

No presente caso, segundo se extrai da leitura da peça relativa ao evento 9, a postulante formalizou pedido de prorrogação do prazo para investidura por mais trinta dias.

A candidata acima nominada persegue o posicionamento formal desta Casa sobre a ocorrência ou não da suspensão do prazo máximo para investidura no serviço delegado, em face do recesso natalino, que se deu no período de 20 de dezembro de 2011 a 6 de janeiro do corrente ano.

Sobre a possibilidade de suspensão do prazo para investidura do novo delegado, tendo em vista o recesso natalino, emitimos anteriormente parecer no bojo do PA nº8501577-11.2011.8.06.0026/0, o qual se vinculava à consulta ofertada pela douta Juíza Diretora do Foro da Comarca de Juazeiro do Norte, *verbis*:

A consulta formulada pela insigne Juíza da Comarca de Juazeiro do Norte está centralizada na hipótese de admissibilidade ou não da suspensão do prazo conferido para a entrada em exercício do novo delegado na titularidade do serviço registrário ou notarial durante o recesso forense natalino. Sobre a presente matéria, consoante expressa previsão do artigo 15 da Resolução nº81/2009 do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, constata-se, sem maiores dúvidas, que o prazo concedido ao novo delegatário é de trinta dias, contado da investidura. Idêntico disciplinamento consta do artigo 7º do Provimento nº5/2011 desta Casa.

A dúvida suscitada pela consulente consiste em identificar se o prazo acima referenciado deverá ser suspenso ou não durante o recesso natalino, que é o lapso temporal compreendido entre **20 de dezembro e 6 de janeiro**, por força da Resolução nº8, de 29 de novembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, uma vez que, em seu artigo 1º, confere, expressamente, autorização aos Tribunais de Justiça dos Estados para que deliberem a respeito da suspensão do expediente forense no aludido período, garantindo, em contrapartida, o atendimento aos casos urgentes, novos ou em curso, por meio do sistema de plantões, *verbis*:

Art. 1º. Os Tribunais de Justiça dos Estados poderão, por meio de deliberação do Órgão Competente, suspender o expediente forense no período de 20 de dezembro a 6 de janeiro, garantindo o atendimento aos casos urgentes, novos ou em curso, através de sistema de plantões.

O eg. Tribunal de Justiça cearense, em cumprimento à veneranda Resolução do CNJ, no dia 11 de dezembro de 2009, editou a Resolução nº16, através da qual determinou a suspensão dos prazos processuais, no período em alusão, sobrestando igualmente a publicação de acórdãos, sentenças e decisões, bem como as intimações de partes e/ou advogados, na primeira e segunda instâncias, exceto em relação às medidas consideradas urgentes.

Torna-se digno de registro, por oportuno, ilustrar o contexto histórico que culminou com a edição da Resolução nº8/2005 do CNJ, porquanto os fundamentos que a embasam servem de sustentáculo para a tese a ser esposada no presente estudo em defesa da suspensão do prazo para investidura do novo delegado do serviço notarial ou registrário, especificamente no que diz respeito ao recesso forense. Em relação ao tema, pontuamos que a Emenda Constitucional nº45/2004 constitui marco histórico no que se refere ao remodelamento do Judiciário, enquanto esfera representativa do Poder Estatal, mormente porque através dessa norma estabeleceram-se novas diretrizes como o intuito de melhorar a qualidade do seu relevante serviço prestado à coletividade.

Neste particular, o legislador Constituinte derivado cuidou de aprimorar a prestação jurisdicional, estabelecendo mecanismos aptos a torná-la mais célere e eficaz, com nítida demonstração de reforçar o seu caráter ininterrupto. Para tanto, inseriu novos paradigmas a serem fielmente observados, vedando, inclusive, as férias coletivas dos juízes de primeira e segunda instâncias com o escopo de não agravar o caótico quadro, o qual se mostrava revelador das imperfeições do serviço ofertado pelo Judiciário, servindo de instrumento para a adoção de severas críticas contra o

funcionamento da referida esfera estatal de Poder.

Com a edição da sobredita Emenda, o Judiciário ganhou novos contornos com a finalidade de garantir uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz à coletividade, corrigindo, assim, graves distorções que abalavam a credibilidade de sua atuação junto a considerável parcela da sociedade. Pois bem, em razão da expressa previsão constitucional quanto à obrigatoriedade da prestação jurisdicional sem interrupção, surgiu a necessidade de definir-se, **de forma uniforme**, o funcionamento dos juízos das diversas esferas do Judiciário, mormente em razão do disposto na Lei nº5010/66 - norma regente da parcela federal do Poder -, a qual consagra expressamente a suspensão dos prazos processuais no período de 20 de dezembro a 6 de janeiro.

A norma em referência não se aplica à esfera estadual do Poder, de forma que veio à tona a necessidade de empreender-se tratamento uniforme a todos os segmentos do Poder Judiciário, em respeito ao princípio da unicidade que rege a sua atuação. Dentro desse contexto, surgiu a Resolução nº8/2005, a qual foi complementada, no âmbito local, pela Resolução-TJCE nº16/2009. Os dois instrumentos normativos suprimiram o vácuo então existente, de maneira que os prazos processuais, nesta Unidade da Federação, seja na esfera estadual, seja no tocante à área federal, permanecem suspensos no período em alusão, independente de sua marca de peremptoriedade.

Ainda no tocante à imperiosa necessidade de enaltecer o caráter unitário do Judiciário, justificando, assim, os benefícios advindos com a uniformidade da contagem dos prazos, no recesso natalino, **em todas as esferas do aludido Poder**, destacamos o lúcido pensamento da Ministra Nancy Andriighi em relação à matéria, cujos fundamentos foram acolhidos pelos demais Ministros integrantes da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do REsp. nº975.807, em sessão ocorrida no dia 2 de dezembro de 2008, ou seja, após a promulgação da Emenda Constitucional nº45/2004:

Para o relator, nos processos que correm na **Justiça Federal**, incide a Lei nº 5.010/66, cujo art. 62, inc. I, que estabelece ser **feriado forense** o período compreendido entre 20 de dezembro e 6 de janeiro. Assim, tratando-se de feriado, não haveria expediente no foro da Justiça Federal nessas datas, de modo que qualquer intimação, por força do art. 173 do CPC, apenas seria considerada promovida após o término do período (art. 240, § único), iniciando-se o prazo a partir do dia seguinte (art. 184, §2º do CPC).

Por esse critério, portanto, válido apenas por força do que dispõe a Lei nº 5.010/66, o agravo interno interposto pela ora recorrente seria tempestivo.

Ocorre que o processo *sub judice* não tramitou perante a Justiça Federal, mas perante a **Justiça Estadual**, que não é regulada pelas disposições da Lei nº 5.010/66.

Assim, não há feriado forense entre 20/12 e 6/1 para os processos estaduais. Quando muito, há ato do Tribunal local que estabelece, não um feriado, que só poderia ser fixado por Lei, mas a **simples suspensão de prazos**. Com isso, a intimação promovida pela imprensa oficial em 4/1/2006 seria perfeitamente válida, porque ocorrida em data em que há expediente forense. Somente o prazo, que a rigor se iniciaria no dia subsequente, ficou suspenso até o final do recesso. Ele teria se iniciado, portanto, segundo o critério válido para a Justiça Estadual, em 9/1/2006 e teria se esgotado em 13/1/2006. Correto, portanto, por este raciocínio, o acórdão recorrido.

Com todas as vênias ao i. Min. Relator, não posso me alinhar a seu posicionamento. O principal motivo é o de que não há sentido em estabelecer um critério diferente para a contagem do prazo processual, dependendo de a ação correr perante a Justiça Federal, ou perante a Justiça Estadual, ainda que a Lei disponha apenas para a Justiça Federal sobre o feriado forense no período comentado.

Tenho sempre ressaltado, em diversos precedentes, a urgente necessidade de se simplificar a interpretação e a aplicação dos dispositivos do Código de Processo Civil. O processo, repito sempre, tem de viabilizar, tanto quanto possível, a decisão sobre o mérito das causas. Complicar o procedimento, estabelecendo uma regra para a Justiça Federal e outra para a Justiça Estadual, seria um desserviço à administração da justiça.

Quanto mais difícil tornarmos o trabalho dos advogados, maior será o número dos profissionais especializados quase que exclusivamente no processo civil, dedicando um tempo desproporcional ao conhecimento da jurisprudência sobre o próprio processo, tomando ciência das novas armadilhas fatais e dos percalços que as novas interpretações do procedimento lhes colocam no caminho. É fundamental, porém, que os advogados tenham condição de trabalhar tranquilos, especializando-se, não apenas no processo, mas nos diversos campos do direito material a que o processo serve. É o direito material que os advogados têm de conhecer, em primeiro lugar, para viabilizar a melhor orientação pré judicial de seus clientes, evitando ações desnecessárias e mesmo para, nos casos em que o processo for inevitável, promover a melhor defesa de mérito para os jurisdicionados.

Os óbices e armadilhas processuais só prejudicam a parte que tem razão, porque quem não a tem perderá a questão no mérito, de qualquer maneira. O processo civil dos óbices e armadilhas é o processo civil dos rábulas. Mesmo os advogados mais competentes e estudiosos estão sujeitos ao esquecimento, ao lapso. O direito das partes não pode depender de tão pouco. Nas questões controvertidas, convém que se adote, sempre que possível, a opção que aumente a viabilidade do processo e as chances de julgamento da causa. Não a opção que restringe o direito da parte. As Reformas

Processuais têm de ir além da mudança das leis. Elas têm de chegar ao espírito de quem julga. Basta do processo pelo simples processo. Que se inicie uma fase de viabilização dos julgamentos de mérito.  
Forte em tais razões, acompanho a divergência.

A ementa alusiva ao julgamento acima referenciado restou assim registrada:

Processo civil. Prazo. Recesso natalino. Suspensão de prazos por ato de Tribunal, na esfera cível. Hipótese diferente do feriado forense, estabelecido pela Lei 5.010/66 pra a Justiça Federal. Divergência quanto a contagem. Uniformização.

- Na esfera federal, a Lei nº 5.010/66 estabelece feriado forense no período compreendido entre 20 de dezembro de um ano, e 6 de janeiro do ano subsequente. Portanto, qualquer publicação feita nessa data considera-se ocorrida no primeiro dia útil subsequente (art. 240, § único, do CPC), e a contagem do prazo de que dispõe a parte para impugnar a matéria objeto da publicação, inicia-se no primeiro dia útil seguinte (184, §2º do CPC).

- No âmbito cível, não há regra equivalente à da Lei nº 5.010/66, de modo que o período compreendido entre 20 de dezembro e 6 de janeiro não configura feriado forense. A suspensão de prazos durante esse período decorre de mero ato do Tribunal. Assim, em princípio, no âmbito cível, as publicações ocorridas durante o recesso são válidas, ficando apenas suspenso o prazo, que se inicia no primeiro dia útil imediatamente posterior à suspensão.

- Essa diferença de regulação quanto a matéria levou a jurisprudência a estabelecer precedentes adotando um critério diferente de contagem de prazos, para a Justiça Federal e para a Justiça Estadual.

- Tal diferença de tratamento para situações semelhantes implica desnecessária confusão para os advogados, prejudicando a realização do direito daqueles a quem representam. Não há sentido em estabelecer, para situações idênticas, duas regras distintas. O processo tem de viabilizar, tanto quanto possível, a decisão sobre o mérito das causas. Complicar o procedimento, criando diferenças desvinculadas de causas objetivas, implicaria prestar enorme desserviço à administração da justiça.

Recurso especial conhecido e provido.

Como se percebe dos registros ora destacados, o recesso natalino, **diferentemente dos feriados**, na estrita acepção semântica, passou a constituir fase excepcional de apreciação das providências consideradas urgentes, admitindo tão somente o acesso ao Judiciário ininterruptamente para salvaguardar o direito daquele que se vê na iminência de sofrer grave prejuízo em decorrência de situações que reclamam provimento jurisdicional célere<sup>2</sup>. Em face disso, a suspensão dos prazos, **mesmo em se tratando de situação jurídica submetida ao prazo de natureza peremptória**, reclama a imediata suspensão, porquanto o aludido lapso temporal do recesso forense natalino se equipara ao das férias coletivas, consoante sólida jurisprudência advinda do Superior Tribunal de Justiça, cuja missão precípua consiste em empreender a interpretação final a respeito da legislação infraconstitucional:

É dominante no STJ o entendimento segundo o qual o recesso forense natalino, equipara-se, para efeito de suspensão dos prazos recursais, às férias forenses dos meses de janeiro e de julho, reiniciando-se sua contagem, pelo que sobejar, no primeiro dia útil subsequente a seu término. (Primeira Turma, REsp nº589.992-PE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 17.11.2005)

PROCESSO CIVIL. PRAZOS. RECESSO FORENSE. O recesso forense equipara-se às férias para efeito de suspensão dos prazos processuais. Recurso especial conhecido e provido. (3ª Turma, REsp nº 163.191/RJ, Rel. Min. Ari Pargendler, DJ de 23.9.2002)

AÇÃO ORDINÁRIA. APELAÇÃO CÍVEL. PRAZO RECURSAL. SUSPENSÃO. RECESSO E FÉRIAS FORENSES.

1. A JURISPRUDÊNCIA DA 2ª SEÇÃO CONVERGE NO SENTIDO DE QUE DURANTE O RECESSO E AS FÉRIAS FORENSES OS PRAZOS PROCESSUAIS PERMANECEM SUSPENSOS POR APLICAÇÃO DO ART.179 DO CPC.

2. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO. (3ª Turma, REsp nº113.410/RJ. Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 4.8.1997).

Não resta a menor dúvida de que o prazo estabelecido para o novo delegado entrar em exercício - artigo 15 da Resolução-CNJ nº15/2009 - é de natureza peremptória, submetido, portanto, à prescrição do artigo 182 do Código de Processo Civil, cuja característica marcante é a observância do princípio da continuidade. Sendo assim, urge reconhecer ser insuscetível, **em regra**, sua modificação pelo juiz de ofício ou a requerimento das partes. Todavia, a peremptoriedade não se revela contrastante com a hipótese advinda da suspensão a que se refere o artigo 179 do mencionado Código, **especialmente quando se tratar do recesso forense natalino**, sendo perfeitamente admissível a hipótese de suspensão da fluência do prazo, nessa fase, consoante sólida interpretação emanada pelo STJ sobre a matéria<sup>3</sup>.

Para finalizar, não podemos omitir a estreita ligação que se opera entre o

2- STJ-2ª Turma, RMS nº22.573, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 9.10.2010.

Direito Administrativo com o Processo Civil. Excetuada a hipótese da supletividade das normas de Direitos Penal e Processual em relação ao Processo Administrativo Disciplinar, não se pode olvidar que o Direito Processual Civil funciona como fonte normativa suplementar relevante dos demais procedimentos administrativos. Por essa razão, é que os Princípios Gerais do Processo Civil devem ser fielmente observados na seara administrativa, mormente porque ambos têm como fundamento idênticos postulados de índole constitucional.

As regras e demais princípios que norteiam a tramitação das ações de natureza cível devem ser aplicados aos procedimentos em curso na esfera administrativa, especialmente no que se refere à capacidade das partes, representação, competência, aos atos, prazos processuais e demais institutos. Na hipótese ventilada na consulta, a observância às regras processuais torna-se ainda mais recomendável, uma vez que não se cogita de procedimento de natureza disciplinar, o que justificaria a aplicação subsidiária da legislação processual penal.

Especificamente no que se relaciona à contagem dos prazos, na seara administrativa, não haveria sentido admitir a fluência de prazo durante o recesso natalino, quando os prazos referentes às causas de maior ou de igual relevo, em curso no âmbito cível, encontram-se suspensos, por força das normas anteriormente assinaladas.

À vista do exposto, considerando a nítida diferenciação entre recesso forense natalino e feriados, tomando por base a sólida interpretação realizada pelo Superior Tribunal e Justiça sobre a matéria, opinamos pela resposta afirmativa à consulta formulada a esta Casa nos seguintes termos:

**Sim, considerando a natureza do recesso forense natalino, o qual se equipara às férias coletivas, ensejando, assim, a aplicação do artigo 179 do Código de Processo Civil, independentemente de tratar de prazo peremptório, o prazo para o novo delegado entrar em exercício na titularidade do serviço notarial ou registrário fica suspenso no período de 20 de dezembro de 2011 a 6 de janeiro de 2012; o que lhe sobejar recomençará a correr do primeiro dia útil seguinte ao término do recesso natalino.**

É o parecer, *sub censura*.

Fortaleza(CE), 28 de dezembro de 2011.

Francisco Eduardo Torquato Scorsafava

Juiz Corregedor Auxiliar

Em face dos argumentos lançados no sobredito estudo, o qual foi devidamente aprovado por Vossa Excelência, resta cristalino o entendimento de que a decisão proferida é de caráter geral e abstrato, aplicando-se, portanto, a todos os candidatos aprovados no concurso público regido pelo edital nº1/2010. Sendo assim, sob a nossa óptica, a consulta formulada deve ser respondida positivamente, ou seja, que o prazo para a consulente ser investida no serviço público anteriormente especificado, permaneceu suspenso no período de 20 de dezembro de 2011 a 6 de janeiro do fluente ano, **devendo a mesma apresentar-se a esta Casa até o termo final do prazo a que se refere o artigo 14 da Resolução-CNJ nº81/2009, desconsiderando o período de suspensão em referência.**

Considerando a força vinculante da consulta de que trata o PA nº8501577-11.2011.8.06.0026/0, e no intuito de evitar novos questionamentos em relação à matéria, sugerimos, respeitosamente, a edição de comunicado aos interessados, dando-lhes ciência de que o prazo de investidura e entrada em exercício na titularidade dos serviços notarial e de registro, no âmbito do Estado do Ceará, ficou suspenso no período de 20 de dezembro de 2011 a 6 de janeiro do ano em curso.

Para finalizar, especificamente no tocante ao pedido integrante da

3 STJ, 4ª Turma, Resp. 87.830/SP, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, j. em 14.5.96, DJ de 24.6.96, p.22.772; STJ, 3ª Turma, AgRg no Ag 481.013/RS, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. Em 4.11.2004, DJ 29.11.2004, p.317.

**alínea “c”** da peça acima referenciada, reputamos relevantes os argumentos lançados pela requerente no intuito de demonstrar a razoabilidade da suspensão do prazo para sua investidura, enquanto se define a situação jurídica da serventuária Maria Neide Duarte Araújo, especialmente levando em conta a manifesta plausibilidade jurídica de sua súplica.

Por outro lado, não se pode olvidar a boa-fé da peticionante no momento em que promoveu a escolha da serventia, especialmente porque não havia qualquer questionamento em relação à vacância do Cartório do Registro Civil de Lameiro, razão pela qual opinamos pelo **acolhimento parcial** do requerimento ofertado, devendo o sobrestamento perdurar excepcionalmente até decisão final do Conselho Nacional de Justiça no tocante ao pleito de que trata o Pedido de Providências nº0000002-14.2011.2.00.000.

É o parecer, *sub censura*.

Fortaleza(CE), 30 de janeiro de 2012.

Francisco Eduardo Torquato Scorsafava  
Juiz Corregedor Auxiliar





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**Processo nº 8501508-76.2011.8.06.0026.**

**Interessada: ANNA CECÍLIA GUEDES DE FARIAS CUNHA.**

**DECISÃO:**

Temos no presente caso uma petição endereçada por **ANNA CECÍLIA GUEDES DE FARIAS CUNHA**, candidata devidamente aprovada no concurso público regido pelo Edital de nº 01/2010, deste Tribunal de Justiça, e detentora da outorga da delegação do Ofício de Registro Civil do Distrito de Lameiro da Comarca do Crato.

Afirma a requerente que optou pela referida serventia extrajudicial, declarada vaga pelo Conselho Nacional de Justiça, e que, posteriormente, foi surpreendida com a informação de que a titular anterior, a Sr<sup>a</sup>. Maria Neide Duarte Araújo, ajuizara procedimento administrativo perante o Conselho Nacional de Justiça (0000002-14.2011.2.00.0000), com o escopo de obter o reconhecimento do direito líquido e certo ao exercício da atividade delegada.

Por esse motivo, formula a novel delegatária os seguintes questionamentos: a) se o recesso natalino modificaria a fluência do prazo para investidura no referido período; b) qual a real situação jurídica da antiga titular Maria Neide Duarte Araújo, em especial se a mesma possui direito líquido e certo de permanecer investida como titular do Cartório do Registro Civil de Lameiro da Comarca do Crato.

Ao final, postula a delegatária a suspensão específica

de seu prazo de investidura até o solucionamento final da controvérsia no tocante à serventia referida e o direito de escolher uma nova serventia extrajudicial, dentre aquelas declaradas vagas e não escolhidas pelos demais aprovados em seu concurso, caso venha a ser confirmado o direito da antiga serventuária a permanecer no exercício da atividade delegada.

Feito distribuído, por prevenção, ao Dr. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSАFAVA, Juiz Auxiliar desta Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, que, posteriormente, apresentou o parecer de fls. 97/104.

Esse, o relatório, no essencial.

Decido.

Esta Corregedoria Geral da Justiça já possui entendimento formado quanto a ocorrência ou não de suspensão do prazo máximo para investidura no serviço delegado no período de 20 de dezembro de 2011 a 6 de janeiro de 2012 (recesso natalino).

Esse posicionamento encontra-se materializado nos autos do procedimento administrativo de nº 8501577-11.2011.8.06.0026. Transcrevo o seguinte excerto retirado do parecer lançado pelo MM. Juiz Corregedor Auxiliar FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSАFAVA nos referidos autos, *in verbis*:

*“(...) o recesso natalino, diferentemente dos feriados, na estrita acepção semântica, passou a constituir fase excepcional de apreciação das providências consideradas urgentes, admitindo tão somente o acesso ao Judiciário ininterruptamente para salvaguardar o direito daquele que se vê na iminência de sofrer grave prejuízo em decorrência de situações que reclamam provimento jurisdicional célere. Em face disso, a suspensão dos prazos, mesmo em se tratando de situação jurídica submetida ao prazo de natureza peremptória, reclama a imediata suspensão, porquanto o aludido lapso temporal do recesso forense*

*natalino se equipara ao das férias coletivas, consoante sólida jurisprudência advinda do Superior Tribunal de Justiça, cuja missão precípua consiste em empreender a interpretação final a respeito da legislação infraconstitucional:*

*'É dominante no STJ o entendimento segundo o qual o recesso forense natalino, equipara-se, para efeito de suspensão dos prazos recursais, às férias forenses dos meses de janeiro e de julho, reiniciando-se sua contagem, pelo que sobejar, no primeiro dia útil subsequente a seu término. (Primeira Turma, REsp nº589.992-PE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 17.11.2005)'*

*'PROCESSO CIVIL. PRAZOS. RECESSO FORENSE. O recesso forense equipara-se às férias para efeito de suspensão dos prazos processuais. Recurso especial conhecido e provido. (3ª Turma, REsp nº 163.191/RJ, Rel. Min. Ari Pargendler, DJ de 23.9.2002)'*

*'AÇÃO ORDINÁRIA. APELAÇÃO CÍVEL. PRAZO RECURSAL. SUSPENSÃO. RECESSO E FÉRIAS FORENSES. 1. A JURISPRUDÊNCIA DA 2ª SEÇÃO CONVERGE NO SENTIDO DE QUE DURANTE O RECESSO E AS FÉRIAS FORENSES OS PRAZOS PROCESSUAIS PERMANECEM SUSPENSOS POR APLICAÇÃO DO ART.179 DO CPC. 2. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO. (3ª Turma, REsp nº113.410/RJ. Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 4.8.1997)'*

*Não resta a menor dúvida de que o prazo estabelecido para o novo delegado entrar em exercício - artigo 15 da Resolução-CNJ nº15/2009 - é de natureza peremptória, submetido, portanto, à prescrição do artigo 182 do Código de Processo Civil, cuja característica marcante é a observância do princípio da continuidade. Sendo assim, urge reconhecer ser insuscetível, em regra, sua modificação pelo juiz de*

*ofício ou a requerimento das partes. Todavia, a peremptoriedade não se revela contrastante com a hipótese advinda da suspensão a que se refere o artigo 179 do mencionado Código, especialmente quando se tratar do recesso forense natalino, sendo perfeitamente admissível a hipótese de suspensão da fluência do prazo, nessa fase, consoante sólida interpretação emanada pelo STJ sobre a matéria. Para finalizar, não podemos omitir a estreita ligação que se opera entre o Direito Administrativo com o Processo Civil. Excetuada a hipótese da supletividade das normas de Direitos Penal e Processual em relação ao Processo Administrativo Disciplinar, não se pode olvidar que o Direito Processual Civil funciona como fonte normativa suplementar relevante dos demais procedimentos administrativos. Por essa razão, é que os Princípios Gerais do Processo Civil devem ser fielmente observados na seara administrativa, mormente porque ambos têm como fundamento idênticos postulados de índole constitucional. As regras e demais princípios que norteiam a tramitação das ações de natureza cível devem ser aplicados aos procedimentos em curso na esfera administrativa, especialmente no que se refere à capacidade das partes, representação, competência, aos atos, prazos processuais e demais institutos. Na hipótese ventilada na consulta, a observância às regras processuais torna-se ainda mais recomendável, uma vez que não se cogita de procedimento de natureza disciplinar, o que justificaria a aplicação subsidiária da legislação processual penal. Especificamente no que se relaciona à contagem dos prazos, na seara administrativa, não haveria sentido admitir a fluência de prazo durante o recesso natalino, quando os prazos referentes às causas de maior ou de igual relevo, em curso no âmbito cível, encontram-se suspensos, por força das normas anteriormente assinaladas. À vista do exposto, considerando a nítida diferenciação entre recesso forense natalino e feriados, tomando por base a sólida interpretação realizada pelo Superior Tribunal e Justiça sobre a matéria, opinamos pela resposta afirmativa à consulta formulada a esta Casa nos seguintes termos:*

*Sim, considerando a natureza do recesso forense natalino, o qual se equipara às férias coletivas, ensejando, assim, a aplicação do artigo 179 do Código de Processo Civil, independentemente de tratar de prazo peremptório, o prazo para o novo delegado entrar em exercício na titularidade do serviço notarial ou registrário fica suspenso no período de 20 de dezembro de 2011 a 6 de janeiro de 2012; o que lhe sobejar recomençará a correr do primeiro dia útil seguinte ao término do recesso natalino”.*

**(Extraído dos autos do procedimento administrativo de nº 8501577-11.2011.8.06.0026, fls. 38/46).**

Dessa forma, considerando que o entendimento esposado no referido procedimento administrativo tem caráter geral e abstrato, ou seja, deve ser aplicado a todos os candidatos aprovados no concurso público regido pelo Edital de nº 01/2010, deve ser respondida positivamente a consulta formulada pela delegatária. Mais precisamente, o prazo para a requerente ser investida permaneceu suspenso no período de 20 de dezembro de 2011 a 6 de janeiro de 2012.

Com relação aos pleitos da consulente, como bem ressaltou o douto Juiz Corregedor Auxiliar, *“reputamos relevantes os argumentos lançados pela requerente no intuito de demonstrar a razoabilidade da suspensão do prazo para sua investidura, enquanto se define a situação jurídica da serventuária Maria Neide Duarte Araújo, especialmente levando em conta a manifesta plausibilidade jurídica de sua súplica. Por outro lado, não se pode olvidar a boa-fé da peticionante no momento em que promoveu a escolha da serventia, especialmente porque não havia qualquer questionamento em relação à vacância do Cartório do Registro Civil de Lameiro”* (fls. 104).

Pelo exposto, **acolho integralmente o parecer de fls. 97/104**, por seus próprios fundamentos, que adoto, e determino a suspensão do prazo de investidura da delegatária **ANNA CECÍLIA GUEDES DE FARIAS CUNHA**, de forma excepcional, até que o colendo Conselho Nacional de Justiça profira sua decisão nos autos do Pedido de Providências de nº 0000002-14.2011.2.00.0000 e analise o pleito da Sr<sup>a</sup>. **MARIA NEIDE DUARTE ARAÚJO**.

**Determino**, ainda, com o desiderato de evitar novos questionamentos, que seja expedida comunicação aos interessados para dar-lhes ciência de que o prazo de investidura e entrada em exercício na titularidade das serventias extrajudiciais neste Estado do Ceará ficou suspenso no período de 20 de dezembro de 2011 a 6 de janeiro de 2012.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 03 de fevereiro de 2012.

**DESA. EDITE BRINGEL OLINDA ALENCAR**  
Corregedora-Geral da Justiça